

Revista Mídia e Cotidiano
Artigo Seção Livre
Volume 11, Número 3, dezembro de 2017
Submetido em: 30/11/2017
Aprovado em: 08/12/2017

**O CRACK NA GRANDE CENA: narrativas que se conectam ao imaginário,
reificam saberes e produzem efeitos repressivos**

*CRACK IN THE GREAT SCENE: narratives that connect to the imaginary, reify
knowledge and produce repressive effects*

Wilson Couto BORGES¹; Igor SACRAMENTO²

Resumo: Neste trabalho, nos interessa problematizar o processo de produção das informações que circulam socialmente sobre uma “epidemia de crack” à luz da sensação de medo sugerida nos relatos da imprensa. O ponto de partida é que tais narrativas, num processo de conexão com o imaginário social brasileiro, promovem um diálogo tenso e intenso entre passado e presente, com a evocação de cadeias de significados. Com esta perspectiva, partiremos do recorte em torno de uma dada definição de imaginário, que será tomada como eixo analítico central, para, em seguida, evidenciarmos sua interação com a memória e com as sensações, estas utilizadas como dispositivos presentes na enunciação. Por fim, buscaremos apontar como tal processo acaba redundando em determinados tipos de saber sobre as drogas que produzem efeitos repressivos.

Palavras-chave: Narrativas midiáticas; crack; imaginário.

Abstract: In this article, we are interested in problematizing the process of producing information that circulates socially about a "crack epidemic" in light of the fear sensation suggested in the press reports. The point of departure is that such narratives, in a process of connection with the Brazilian social imaginary, promote a tense and intense dialogue between past and present, with the evocation of chains of meanings. Based on this perspective, we will start by focusing on a given definition of imaginary, which will be taken as the central analytical axis, and then we will show its interaction with memory and sensations, which are used as devices present in the enunciation. Finally, we will try to point out how such a process ends up generating certain types of knowledge about drugs that produce repressive effects.

Keywords: Narrative media; crack; imaginary.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da mesma instituição. E-mail: wilson.borges@icict.fiocruz.br

² Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da mesma instituição e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. E-mail: igor.sacramento@icict.fiocruz.br

Norteando o debate

Doente ou criminoso? Paradigma médico ou criminal? Dependência ou tráfico? Longe de poder apresentar uma resposta una, indivisa, completa para questões tão complexas quanto antigas, buscaremos, nas próximas linhas, problematizar a produção narrativa presente na mídia em torno de temas como drogas, crack, internação compulsória com o objetivo de contribuir para um debate que foca, dentre outros aspectos, no papel desempenhado pelos meios de comunicação massivos no que tocam as construções noticiosas presentes cotidianamente na imprensa. É importante que se destaque, no entanto, que não estaremos recuperando todos os textos jornalísticos presentes no ano de 2013.³ Para nós, mais atenção deve ser dada ao contexto de produção de tais informações, especialmente naquilo que dialoga com o imaginário social brasileiro e com a memória que se constrói sobre crack, deslocando o debate do campo sanitário para o jurídico-penal.

É comum que as notícias sobre o crack o construa como um problema social grave. Consultando *O Globo*, temos alguns indícios expressivos do modo da operação do jornal sobre o imaginário social do crack, e do usuário mais como criminoso do que como doente. Desde o início da década de 1990, o jornal vinha alarmando a população sobre a droga:

O crack chegou. Um cigarro feito com cocaína, altamente tóxico e capaz de matar o consumidor em poucos minutos já circula pelo Brasil. O chamado “tráfico formiga” [feito em pequenas quantidades] de entorpecentes está se introduzindo principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, essa droga que provoca séria dependência (*O GLOBO*, 08/09/1991, p.14).

Duas décadas depois, numa reportagem especial, o mesmo jornal associa o crack a uma dupla epidemia: do consumo da droga e de homicídios. Segundo o jornal, “o consumo do crack já provocou uma epidemia de homicídios no país, que vitima principalmente jovens de 15 a 24 anos e é um dos principais fatores do aumento da violência, especialmente no Nordeste” (*O GLOBO*, 28/07/2011, p.3).

³ Cabe destacar o processo de monitoramento realizado pelo Observatório Saúde na Mídia (OSM/Laces/Fiocruz), acompanhando sistematicamente a produção narrativa sobre saúde a partir de dois jornais como *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Tal verificação da cobertura dos referidos jornais tem materialidade, por exemplo, no trabalho realizado por Borges (2015), onde se destaca que o tema Crack foi objeto de atenção dos jornais enquanto o debate sobre Internação Compulsória era realizado no Congresso Nacional.

Observar pela duração histórica, diacronicamente, apresenta a possibilidade de historicizar como as transformações na cobertura noticiosa sobre o crack constituiu mudanças nas relações, representações e imaginários sociais sobre a droga no Brasil. Neste artigo, nos concentraremos especialmente na análise da identificação do consumo do crack como uma epidemia, para a saúde e para a segurança públicas pelo jornal *O Globo*, no contexto do debate sobre o Projeto de Lei Complementar-37/2013, que ficou conhecido como Lei Antidrogas. Paralelamente, há outro marco que merece destaque: o debate realizado no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz), por ocasião da aula de abertura do seu ano letivo, cuja temática era *A informação, a comunicação e a agenda de saúde: o caso do crack*. Naquela ocasião, o pesquisador Francisco Inácio Bastos qualificou a construção noticiosa sobre o crack como iluminadora das *cenar de grande porte*.⁴

A centralidade do Imaginário

O debate em torno das cenar de grande porte interfere diretamente na formulação de políticas públicas, e nisso chama a atenção a mediação exercida pelos meios de comunicação de massa, dificultado a compreensão da população, nesse caso, sobre as dimensões imersas no consumo de substâncias psicoativas.⁵ Uma das falas que promoveu um impacto bastante significativo na plateia à época em que o assunto norteou uma aula inaugural foi a de que: “se as drogas estavam associadas à falha moral no início do século XX, agora ela está dividida em duas vertentes: a do paradigma médico e a do criminal”. Evidentemente, a longevidade com a qual o fenômeno da utilização das drogas é observado (início do século XX) nos permitiu inferir sobre a possibilidade de o crack ser apenas a ponta de um *iceberg*. Em outros termos, a aclamada epidemia de crack anunciada pela mídia (cuja recorrência é relativamente frequente) tem suas raízes em processos

⁴ Após a conclusão da pesquisa, os resultados são apresentados na obra *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?*, organizada por Bastos e Bertoni (2014). Não menos relevante é destacar que a referida pesquisa foi financiada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), vinculada ao Ministério da Justiça.

⁵ A pesquisa mostrou, dentre outros achados, que não se sustentava estatisticamente a afirmação, presente na imprensa, de que a maior incidência do uso de crack estava na Região Sudeste (no geral), tampouco no Rio e em São Paulo (especificamente). A concentração no Nordeste era maior.

muito longevos, mas que interferem diretamente sobre os sentidos produzidos contemporaneamente.

Ao nos debruçamos sobre o conceito de imaginário, recorreremos à Costa (2000), para quem o imaginário e a imaginação aparecem como categorias analíticas que se complementam e são constitutivas do conhecimento histórico. A reflexão da autora se constrói a partir da acepção de que “pensar por exclusão é aceitar que a constituição social realiza-se apenas no concreto/real, em detrimento do não material, do sonho, da fantasia, natureza (magia)/cultura (*rátio*), ou entre mito e racionalidade” (COSTA, 2000, p. 336). A partir do processo de formação social do Brasil, pode-se perceber o quanto a ordem burguesa, através de uma concepção *ideal* de sociedade (baseada na racionalidade, na ordem), tem orientado o imaginário social na direção de (des)qualificar como “invencionice, mentira, exagero, excesso, e o seu significado está associado ao ilusório, ao falso” (COSTA, 2000, p. 340) o que rompe essa construção.

Ao valorizar a racionalidade e relegar à “irracionalidade” os movimentos de oposição/resistência, o que se produziu foi a inscrição no imaginário social brasileiro de que ao primeiro significante se vinculam as ideias de ordem, progresso, superioridade, verdade, real; enquanto ao segundo, desordem, atraso, inferioridade, ilusão, imaginação. Essa clivagem, além de arbitrária e fantasiosa, esconde a ideia de que, nos termos propostos por Castoriadis (1987), a ação humana é sempre atravessada pelo imaginar (que não é mera reprodução da realidade). Ou seja, por sua capacidade de fazer surgir o que não estava dado, através de sentimentos e emoções, a ação humana torna-se imaginação criadora. Com as perspectivas apresentadas por Castoriadis e por Costa, podemos pensar que o real é sempre “perpassado pela imaginação (...). A relação homem/natureza faz-se mediatizada por sua imaginação” (COSTA, 2000, p. 341), particularmente porque essa imaginação não é fruto apenas da psique, ela é formada no processo histórico sobre o qual a sociedade se estabelece.

A questão do imaginário ganha densidade a partir da assertiva, com a qual concordamos, de que o homem está sempre imerso numa rede de sentidos (Weber) ou numa comunidade de sentidos (Baczko). O que significa dizer que é a partir do social que os homens interagem entre si e constroem suas identidades. Por isso, a luta acaba sendo

por fazer crer, por significar, pela primazia por significar, onde o imaginário social acaba servindo ao antagonismo, por exemplo, sobre o qual uma dada perspectiva triunfa sobre as demais:

No Brasil, assiste-se à naturalização do poder quando são criados mitos como o de que o desenvolvimento econômico expresso no real é a ‘salvação do país’, ou de que as comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, expressa nos shows, nos fogos de artifícios, em exposições itinerantes, nos discursos políticos faziam crer que a História do Brasil estava sendo difundida e, mais do que isso, valorizada. É o imaginário social intervindo no exercício do poder, criando mitos, naturalizando símbolos, para garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e de poderio. (COSTA, 2000, p.343).

Uma das hipóteses centrais das pesquisas que vimos desenvolvendo é a de que a imprensa continua apelando ao sensacional como estratégia narrativa, que vem atualizando a ideologia burguesa (assentada na noção de ordem), mascarando a formação/atualização de um imaginário – que não deve ser tomado como uma categoria analítica universal, uma estrutura. No entanto, não desprezamos o fato de que “ele é uma faculdade humana, [que] se constrói/reconstrói (...) em diferentes espaços físicos, sendo que o possível e o real de uma época tornam-se o imaginário de outra época” (COSTA, 2000, p. 344), sendo este um dos principais mecanismos de produção das informações jornalísticas. Assim, o caráter verossímil da informação acaba sendo acionado à medida que “pressupostos tidos como verdadeiros adquirem novas significações em outros momentos históricos. O ficcional/imaginário é a realização dos conhecimentos e dos desejos de determinado tipo de sociedade” (COSTA, 2000, p.344-5).

Nesse jogo entre realidade e ficção, evidencia-se o lugar estratégico que o domínio do imaginário e do simbólico ocupam no exercício do poder,⁶ mascarando que as ideologias escondem mitos seculares. Não estaria o uso de drogas associado a tal processo? Dentro dessa mesma perspectiva, as narrativas jornalísticas se encarregariam da difusão das representações ideológicas deformando-as, ocultando o seu lugar na luta de classes. Tomemos, como exemplo desse movimento, um editorial produzido por *O Globo* em meio ao debate a respeito da votação (e aprovação) do Projeto de Lei (PL)

⁶ Duas observações são igualmente importantes: a primeira é que o imaginário não é ilusório, mas um efeito do real. Já a segunda, diz respeito ao aspecto de que o domínio sobre o imaginário significa certo domínio sobre o significado, ou pela primazia em fixar um sentido único para determinados significantes. Em nossa avaliação, num quadro de presença do antagonismo social, os meios de informação têm representado uma espécie de guardião do imaginário social enquanto um sistema de representações.

7663/10 que trata, dentre outros pontos, do aumento de pena para traficantes (sem definir exatamente a quantidade suficiente para que o indivíduo possa ser classificado como tal) e da internação compulsória. Sob o título “Ataque à UPP requer resposta à altura”, foi produzido editorial onde defendia-se que: “Afrontas como as ocorridas no alemão são preocupantes. Não podem ser tratadas como simples escaramuças promovidas por bandidos em desespero” (*O GLOBO*, 28/05/2013, p. 16).

Inscrito numa oposição Estado x traficantes, asfalto x morro, o antagonismo era apresentado como uma afronta tão grande que, segundo o editorial, “os traficantes promoveram um tiroteio antes do início da corrida (...), num evento que contava com representantes do governo – entre os quais o secretário de Segurança Pública” (Idem). Traficantes de que tipo de droga? De todas? De crack, inclusive? Pelo texto, tal dado parece ser menos importante do que a necessidade de se reafirmar que o objetivo da ação teve como “claro propósito desacatar o Estado, ressuscitar a *sensação* de insegurança que a comunidade viveu por muito tempo (interrompida pela pacificação)” (*O GLOBO*, 28/05/2013, p.16, grifos nossos). E continua: “É crucial que todos os agressores sejam presos. Episódios dessa gravidade reclamam respostas mais firmes, na forma de ações” (*O GLOBO*, 28/05/2013, p.16). Ora, não nos parece acidental que, em meio ao debate público sobre o crack e a internação compulsória: (a) uma corrida tenha sido marcada nas proximidades do Complexo do Alemão⁷; (b) diferentemente de outras oportunidades, o secretário de Segurança Pública estivesse presente ao evento; (c) o tráfico de drogas estivesse presente como protagonista (ou poderíamos dizer antagonista!?) da cena; (d) a prisão, o encarceramento (a internação compulsória, porque não *imaginar*) sejam as respostas mais defendidas pelo veículo; (e) a *sensação de insegurança* fosse ressuscitada.

Pensando a questão do imaginário em termos sociológicos, mesmo empreendendo abordagens teórico-conceituais distintas, Marx (BOTTOMORE, 1988), Durkheim (1970) e Weber (1987) reconhecem a importância do imaginário social como uma espécie de fundo de crenças comuns que exprimem mais ou menos o sentimento de existência da coletividade e orientam as ações dos indivíduos. Para Marx, os imaginários sociais seriam compostos por um poderoso sistema de representações, com papel preponderante na

⁷ Palco de midiático movimento de instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no RJ.

mediação que as instituições fazem entre as classes sociais. Já para Durkheim, ao estabelecer a correlação entre as estruturas sociais e os sistemas de representações coletivas, eles funcionariam como instâncias que asseguram o consenso e a coesão social. Com Weber ganha relevância a questão das funções que competem ao imaginário na produção do sentido que os atores sociais atribuem às suas ações.

O imaginário, assim, funcionaria como uma rede de sentidos, como marcos simbólicos de referência por meio dos quais “os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas, etc., uma vez que tais relações sociais nunca se reduzem aos seus componentes físicos e materiais” (MICHELET, 1989, p.307), que asseguraria um esquema coletivo de interpretação das experiências coletivas e uma codificação das expectativas e das esperanças, fornecendo um código de conduta aos agentes sociais. O poder do imaginário social assenta-se na fusão entre “verdade e normatividade, informação e valores, que se opera no e por meio do simbolismo (...) suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização, pelos indivíduos, modelando os comportamentos” (MICHELET, 1989, p. 311). Ele não só informa acerca da realidade, como também apela a uma determinada ação, convertendo-se num modo de interpretação.

Na direção do processo que até aqui descrevemos, Andrade (2003) vai partir da distinção verdadeiro/real *versus* ilusório/deformação do real para pensar a questão da formação da identidade. Mais especificamente, ao chamar a atenção para o fato de que sua proposta se insere na corrente que considera o homem um ser completo (biológico, psicológico e social), a autora se debruça sobre a relação entre personalidade e cultura e em como a mesma está atravessada pelas questões do imaginário. Essa é a motivação com a qual trabalhamos com a perspectiva de o imaginário, em sua dimensão social, servir como referência para a ação individual através do entrecruzamento entre o pensar, o sentir e o agir. Dessa forma, entendendo que o imaginário é um dos três registros que se entrelaçam (tríade lacaniana) e acompanhando as contribuições da psicanálise propomos que, em última instância, o investimento no imaginário vai interferir nas respostas que os atores sociais dão aos estímulos dos meios de informação, uma vez que a imagem, desde

sua captação pelo olhar, sua constituição do *ego* e seus efeitos imaginários, produzem efeitos na constituição da personalidade.⁸

Para Andrade (2003), na sequência de sensações que vêm através dos sentidos, o olho ocuparia uma posição privilegiada. Essa proposição toca no conceito mais importante de Lacan, que é o *estádio do espelho* ou *estágio do espelho*, que fundamenta o *imaginário* e trata dos processos de *identificação* e identidade (ANDRADE, 2003). Outro aspecto da importância do *estádio do espelho* é que ele universaliza um processo que é em si individual. Em sua avaliação: “o espelho surge como uma metáfora para a ilustração de um fenômeno universal, considerado um *estádio* da personalidade e pela suposição de que esse objeto está presente em toda parte e em todas as culturas” (ANDRADE, 2003, p. 78-79). Nessa perspectiva aberta pela autora, esse conceito lacaniano – ligação entre real, simbólico e imaginário – estabelece um novo sentido para a compreensão do funcionamento psíquico. A explicitação do processo psicanalítico de constituição da subjetividade nos parece importante à medida que oferece à questão da racionalidade humana uma possibilidade de explicação da presença dos sentimentos, dos afetos, das emoções na ação política.⁹

Quando Lacan propõe que a *fantasia* se forma a partir do *estádio do espelho*, produzindo uma acomodação da relação do sujeito ao Outro, podemos perceber o quanto os desejos do autor (do filme e do romance, como propõe Andrade; das narrativas jornalísticas, como propomos) são projetados pelo imaginário através de articulações conscientes e inconscientes. Assim sendo, propomos que, ao recorrer ao que foi imaginariamente construído (quanto mais verossímil mais eficiente), as narrativas jornalísticas estariam atravessadas por esse imaginário que influenciaria decisivamente as nossas projeções, os sentidos que atribuímos à dinâmica social. Em nossa avaliação, tal como na literatura, as informações produzidas pela imprensa partiriam de uma impressão atual, retrocedendo a uma lembrança e apresentando esta impressão sob a

⁸ O que interessa apontar é o quanto a questão do imaginário é atravessada pelos conceitos de sensação, percepção, ilusão. Por isso defendemos que o apelo às emoções, aos sentimentos, às sensações revela-se uma importante estratégia na construção de consensos sociais e da estabilidade do sistema simbólico.

⁹ Ainda que Andrade teorize a partir da análise de obras de ficção (filmes, romances), percebemos que tal aproximação pode ser feita com a narrativa jornalística, concebida aqui como uma obra a espera de sentido, e com os jornalistas, como autores que elaboram suas criações atravessadas pelo imaginário.

forma de realização de desejos que foram insatisfeitos. Esse nos parece ser o movimento, secular, que evoca mais punição para aqueles que consomem drogas.

Por nossa compreensão, um dos princípios articuladores do compartilhamento de saberes entre o autor e o receptor é a *identificação imaginária*. Ela é mais imediata na produção narrativa dos meios massivos de comunicação, especialmente pela sutura¹⁰ que estes realizam. Porém, em alguns veículos, a referência à ação e ao desejo fica escamoteada pela *objetividade* das informações, uma vez que esse campo (o jornalístico) trata da realidade (esse é o argumento) enquanto outros, da ficção. Evidentemente, a *identificação imaginária* produzida pelo compartilhamento de sentidos é parte da trama social. Tomemos como referência a relação entre cidade e identidade. Tal como já afirmara Baczko (1985), as cidades são projeções do imaginário no espaço. Se a cidade é um território imaginado, ela pode favorecer a identidade. À medida que as cidades não oferecem a estabilidade desejada (presença de uma “epidemia de crack”, por exemplo), ela passa a representar também instabilidade nas identidades, sobretudo porque não nos reconhecemos mais nela.

As preocupações de Freud (1998) são valiosas para pensarmos a questão do imaginário (dentro do mesmo princípio) a partir da tríade lacaniana, onde a coletividade forneceria ao indivíduo elementos para sua subjetivação. Lacan (1975) parte da releitura da obra de Freud para propor sua metodologia, mantendo como base da sua reflexão a ligação da questão do sujeito e o social. Em nossa avaliação, o que a compreensão do RSI oferece é a possibilidade de percebermos o quanto o imaginário compõe a construção narrativa produzida pelos atores sociais. Evidentemente, e essa é uma proposição do próprio psicanalista francês, as formações imaginárias serão fundamentais para que o sujeito dê conta da questão simbólica, através do uso reiterado das mesmas palavras, mesmos conceitos, uma vez que é através da possibilidade de identificação/projeção (Imaginário) que o inconsciente pode ser operado (Simbólico) e traduzido (Real).

¹⁰ O conceito foi utilizado por Lacan para mostrar como opera a lógica do significante. A sutura pode ser entendida como a interseção que se insere na própria ausência dentro da ordem simbólica, sendo ela a presença-ausência da imagem que produz um efeito de realidade fantasmática, articulando significado-significante. Advinda de uma ficção discursiva construída pelo sujeito, a narrativa jornalística ganha seu valor de verdade ao promover a sutura entre o imaginário dos leitores e as próprias narrativas.

Reconhecendo que qualquer discurso é atravessado pela relação entre os três registros (RSI), Lacan insiste na importância da oposição entre imaginário e simbólico, a partir da proposição de que o primeiro seria a instância que interferiria no segundo, que aparece estruturado como linguagem. O ponto de partida para a construção da ideia de uma ordem simbólica estruturadora da realidade humana foram as obras de Saussure (2001) – o significante linguístico só estabelece relação com o significado por estar integrado num sistema significante – e de Lévi-Strauss (2008) – pela transposição e ampliação das concepções estruturalistas para o estudo de fatos culturais onde a cultura precisa ser tomada como um conjunto de sistemas simbólicos. Na utilização de Lacan, a noção de simbólico aproximaria a estrutura do inconsciente à da linguagem e destacaria que o ser humano se insere numa ordem pré-estabelecida (de natureza simbólica). Ou seja, à medida que o sujeito já se imagina imerso na ordem social o entrelaçamento entre o real, o simbólico e o imaginário está presente, pois, ao compartilhar de um mesmo sistema (por exemplo, a linguagem comum), seus imaginários são tomados não como coisas existentes, mas como realidade.

Na acepção da psicanálise lacaniana, o significante é desejo e não um valor com significado único delimitado dentro do campo linguístico, por isso é ele quem precisa ser privilegiado em detrimento do significado. Desse modo, torna-se necessária a mudança da forma de compreensão do imaginário (antes tomado como irrealidade, agora como representante da incompletude do sujeito), entendendo-o como instância que compõe a ação do sujeito dentro da cadeia significante, isto é, desse sujeito como ator cuja ação é orientada por aquilo que é observável (realidade) e também por aquilo que está submerso (irrealidade), mas revelado quando assumimos que sensações, emoções, sentimentos são referências na compreensão do mundo e na produção individual ou social de sentidos. Como a interação com o social é elemento constitutivo, a mediação exercida pelos meios de informação acaba sendo central para certo enquadramento dos sentidos empregados nas narrativas. Nestes termos, enfatizamos que as narrativas da imprensa, através da *identificação primária*, estabelecem aproximações entre seus imaginários e os dos espectadores, de modo especial com relação aos leitores, pelo processo que apontamos aqui. Mas, o trabalho de memória é central na construção/reificação do imaginário social.

Memória, sensações, afetações

Para nós, o imaginário social é central no processo de produção dos sentidos compartilhados pelo conjunto da sociedade. Nessa direção, defendemos, paralelamente, que ele tem interferido decisivamente na forma como os indivíduos, sobretudo na contemporaneidade, se apropriam das narrativas (principalmente as midiáticas), conferindo-lhes igualmente sentido. O processo da modernidade, que aqui no Brasil pode ser identificado entre o fim do período escravocrata e o início da República, representa um momento histórico significativo para compreendermos como esse *repositório*, que estamos tomando como o imaginário, vem sendo construído – pondo em relevo aquilo que deve ser lembrado e obscurecendo aquilo que deve ser esquecido. Evidentemente que, ao iniciar-se determinado projeto de nação, no final do século XIX, ele não é isento de disputas, com todas as rupturas e continuidades que lhe é inerente. No entanto, nossos pressupostos apontam que o tipo de formação social que se consolidou no Brasil tem influenciado poderosamente na forma como os sujeitos sociais conferem sentido à dinâmica urbana. Desse modo, a memória, assim como a narrativa, ocupa um lugar privilegiado em nossas investigações.

É importante que enfatizemos que não estamos negligenciando que, na emergência da modernidade, o processo de urbanização, assim como a chegada da eletricidade, dos meios de transporte, são elementos fundamentais para a consolidação de um estilo de vida burguês (BORGES; ENNE, 2007). Tampouco ignorando uma longa tradição em torno das discussões que envolvem a questão da memória, no que diz respeito ao caráter mais individual ou mais coletivo do ato de lembrar, cujos principais representantes podemos apontar Bergson (1999), na primeira perspectiva, e Halbwachs (1990), na segunda. Entretanto, tomamos as contribuições de Paul Ricoeur (1994) em função da sua reflexão em torno da proposta de que a memória só existe, em última instância, enquanto discurso, enquanto narrativa. Narrativa esta que se revelaria na tessitura da intriga, como atividade produtora que se realiza dentro de certas regras culturais. Isso nos coloca diante de um processo, dinâmico e contínuo, onde os meios de comunicação constroem seus discursos

a partir do verossímil, por um lado, somando a um regramento (imaginação regrada) investido no imaginário, por outro.

Fugindo de dicotomias simplistas e simplificadoras, Ricoeur nos chama a atenção para o fato de que “compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’ e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas” (RICOEUR, 1994, p. 91). No entanto, a dimensão de que as narrativas são elaboradas dentro de um conjunto de regras, de convenções, que estabelecem alguns limites à atividade de tecer intrigas, também aparece na reflexão do filósofo francês. Ou seja, se por um lado temos uma atividade altamente produtora/criativa, por outro temos uma espécie de controle (uma regulação) dos mecanismos que, em larga medida, condicionam tal atividade. Nestes termos, percebe-se o jogo dialético entre a imaginação produtora e a imaginação regrada, onde, se “a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*” (Idem). Assim, nossa proposta é a de que os meios de comunicação de massa têm sido amplificadores deste regramento.

Paralelamente, longe de simplesmente a mediação simbólica possuir uma textura, ela tem sido alvo de disputas intensas, onde uma elite burguesa tem se esforçado sobremaneira para manter o regramento de tal sistema, ou seja, para manter a hegemonia sobre ele. Porém, longe de representar que o sistema social é uma camisa de força, o que a proposta de Ricoeur evidencia é que *tal significação que é incorporada à ação* permite uma multiplicidade de ações num jogo tenso e dinâmico, evidenciando-se o aspecto social (e não natural) do significante. A proposição do autor é marcar o caráter ativo da elaboração da obra no mundo, de um fazer que dê unidade entre a prefiguração e a refiguração, através da configuração (mediação), uma vez que o sentido é dado pelo sujeito da ação. Entretanto, cabe destacarmos que a regulação/normatização dos códigos culturais tem servido para, antes de libertar, reificar o *status quo*, sobretudo porque há um investimento, que é de longa duração, para que as respostas dos atores sejam mais ou menos hegemônicas.

É a partir desse panorama que outras contribuições de Paul Ricoeur são incorporadas, principalmente as que aparecem em *La memoria, La historia, El olvido*

(RICOEUR, 2003). Nela, o autor retoma a sua teoria da ação, conferindo ao indivíduo a capacidade de exercer, através da lembrança, a atividade de memória. Ou seja, lembrar é buscar (ação) lembrar. Neste caso, a memória é exercida. Evidentemente, há uma diferença entre o ato de rememoração e o de imaginação. Na verdade, ambas têm como traço comum a presença da ausência e a representação do passado como imagem. No entanto, elas vão variar de acordo com o grau de intencionalidade exercido. Tal pressuposto produz uma aproximação deste autor com Bérghson, sobretudo em função do esforço empregado para lembrar. É oportuno destacar também que intimamente associada a esta ação de lembrar está a necessidade de esquecer. Porém, é exatamente nesse esforço de lembrança que os meios de comunicação têm exercido um papel fundamental, que é o de transformar acontecimento em lembrança, em memória, ou, em coisa lembrada.

Mas, deste jogo entre lembrar e esquecer, queremos nos deter sobre dois pontos que nos parecem centrais para a presente discussão. O primeiro é o *esquecimento*. Mais ainda, o esquecimento como ausência da coisa lembrada, que permite representações. O segundo é a *imaginação regrada*, que representaria uma suposta eliminação da consciência imaginante, permitindo certa cristalização da “média” das imaginações. Assim, gostaríamos de estabelecer uma distinção a partir das definições propostas por Ricoeur de usos e abusos tanto da memória quanto do esquecimento. Se por um lado, o uso da memória é a representação da ação humana, por outro, os abusos se revelam como disfunção uma vez que mascaram o caráter de regramento. O autor propõe a seguinte tipologia para pensar os usos e abusos da memória: *memória impedida*, *memória manipulada* e *memória convocada*. Na *impedida*, também chamada de patológica, memória e esquecimento são relegados ao inconsciente (freudiano). Ou seja, a memória aparece como doente ou ferida, obstaculizada a partir de uma censura (que é social) que o indivíduo se impõe.

Já no segundo tipo, embora não a exploremos aqui, a *manipulação* da memória é realizada por quem tem o poder. No entanto, importante é destacar que quem tem o poder de manipular a memória também o realiza com o esquecimento. Nestes casos, podemos perceber que a ideologia aparece de forma opaca. Num nível mais profundo, a ideologia está arraigada nas estruturas hereditárias (passa-se de pai para filho), sendo interessante

observar o quanto a narrativa materializa as operações de memorização e esquecimento. Na *convocada*, a memória se apresenta como direção de consciência, como porta-voz das demandas sociais. Nestes termos, tanto os abusos da memória quanto os do esquecimento acontecem de forma mais eficaz à medida que o dever de memória é também um dever de esquecimento. Ou seja, ao se tomar por referência o discurso midiático, pode-se observar que este tem construído suas narrativas a partir da produção de significados comuns (ou de uma memória comum). Esse aspecto traz consigo uma “necessidade” de apagamento de traços, de restos, de vestígios. Assim, cria-se um passado comum que vai produzir, dentre outras marcas, o esquecimento.

Com Yates (1974), vamos encontrar uma *história* da arte da memória. Inicialmente, a autora apresenta a perspectiva de “adestramento” da memória, que se revelava através da mnemotécnica, uma técnica que imprimia na memória lugares e imagens. Na Idade Média, descreve a pesquisadora, a virtude e o vício são constituídos como imagens da memória. Observamos que a estratégia, naquele contexto histórico, era a de fixar significantes relacionados a determinados significados (lugares + imagens mentais = significante), onde se buscava imprimir na memória (1º passo da mnemônica) uma série de *loci* (lugares) do tipo arquitetônico. Um poderoso caminho no registro dessa memória era a “idea de auxiliar a la memoria excitando afectos emocionales mediante imágenes sorprendentes y desacostumbradas, hermosas o deformes, comicas u obscenas” (YATES, 1974, p. 23). A partir da afirmação de Yates, poderíamos inferir se não seria esta a base para os chamados “Romances de Sensação”, e posteriormente da “Imprensa Sensacionalista”.

Na história da organização da memória, Yates destaca que as *artes da memória* são técnicas de organização do pensamento, que se revelam, sobretudo, através da capacidade de imaginação. Outro aspecto importante dessa construção teórica é que a imaginação é o que atravessa os três tempos dos sistemas de memória: técnicas da oralidade (com o armazenamento de informações), atualizadas na tecnologia da escrita, posteriormente sucedida pela explosão informacional, onde o esquecimento passa a fazer parte também de uma arte da memória. A autora evidencia que todo conhecimento deriva de impressões sensoriais e que o pensamento atua sobre elas. As percepções do sentido são assim

tratadas pela faculdade da imaginação. Não estaríamos, assim, diante de uma perspectiva que nos autoriza a pressupor que o investimento da memória é um investimento no imaginário, isto é, de uma ação de fixação de determinados significantes associados a determinados significados. Assim sendo, a memória é um trabalho dos sentidos. Isto é, podemos concluir que todo conhecimento depende das afetações, das impressões sensoriais, como aponta Aristóteles. Entretanto, ao incorporamos a contribuição de Weinrich (2001) de que a verdade estaria ao lado da lembrança, ao lado do não esquecimento, abre-se uma porta para que as metáforas do esquecimento apareçam relacionadas com as da memória, indicando que tanto esta quanto aquele depende do imaginário (mais especificamente da imaginação de imagens).

As narrativas produzem um trabalho de memória ou de esquecimento?

Nosso argumento central é o de que a formação de um imaginário social tem interferido de forma decisiva no modo como os indivíduos se apropriam das narrativas – mas, principalmente as midiáticas, sobretudo pela centralidade dos meios na contemporaneidade – conferindo-lhes sentido. Mais especificamente, como uma determinada forma de narrar, a partir de um compartilhamento comum na sociedade, influencia poderosamente na maneira como os atores sociais conferem sentido, por exemplo, ao crack, ao “cracudo”, às drogas. Claro que em alguns momentos torna-se mais nítido que tipo de projeto está sendo ratificado pelos meios de informação, afinal, quando se coloca luz demais sobre algo, o caráter ideológico aparece. Entretanto, quando não há nem muita nem pouca luz, essa opacidade deixa dúbia a posição assumida. Por isso, o estudo de tais narrativas, com a memória que se busca construir (mas, principalmente o que se quer apagar, via esquecimento) torna-se fundamental. Tomemos um artigo, assinado pelos professores Luís Fernando Tófoli (Psiquiatria, Unicamp) e Luciana Boiteux (Direto Penal, UFRJ), apresentado sob o título “Cheiro de oportunismo” (*O GLOBO*, p. 15, 09 set. 2013).

Embora a ênfase dada pelos autores na publicação seja a questão da “oferta de recursos públicos” para as Comunidades Terapêuticas (CT’s) no tratamento da saúde a partir de princípios religiosos – a “cura com métodos confessionais”, o texto toca dois

pontos que consideramos importantes: o de que tal prática fere o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde e o da falta de evidência científica na eficácia do modelo. Por fim, mas não menos relevante, é o fato de o projeto (PLC-37/2013) ser apontado “como problemático por políticos, cientistas, juristas, sanitaristas e ativistas”. Entretanto, o que vai merecer um pouco mais da nossa atenção é a proposição de que o PLC-37 (projeto que altera a Lei de Drogas, de 2006) cria, no campo da Saúde Pública, “um sistema para tratamento de dependentes de drogas que, paralelo ao Sistema Único de Saúde, estaria fora da auditagem do Ministério da Saúde”. Mesmo tendo sido rejeitado por vários órgãos do Executivo, como advertem os professores Boiteux e Tófoli, ele foi aceito sob a justificativa de que estaria promovendo um aumento das penas para tráfico quando envolvesse crime organizado. Entretanto, o projeto não explora a distinção (já deixada em aberto pela Lei de Drogas) entre usuário e traficantes, cabendo à força policial essa decisão.

Um dos efeitos produzidos por essa política pública e pela ação dos policiais é um tratamento diferenciado “para quem mora no asfalto e na favela”, destacam os docentes. Tal tratamento diferenciado está na base de um processo que se construiu na longa duração, ganhando, entretanto, cores mais nítidas por ocasião de aprovação da Lei das Drogas. A própria advertência sobre a inexistência da distinção entre usuário e traficante aponta para a mesma direção. Mas, quem seriam esses a merecerem todo o rigor do Estado, sendo levados, no limite, ao encarceramento, ao apartamento da cena urbana? Teríamos uma definição técnica, científica ou delegaríamos tal procedimento ao olhar discricionário dos aparelhos estatais de repressão? Mais ainda: definiríamos quem são os algozes da lei e da ordem ou deixaríamos tal categorização ser orientada pelas imaginações, pelo imaginário, não só da ação policial mas da sociedade como um todo? O papel desempenhado pela mídia, nestes termos, seria o de informar “com imparcialidade”, “com objetividade”, “com neutralidade”, ou produzir narrativas que reforçassem os laços afetivos a partir de um medo generalizado de um inimigo que ora pode ser usuário ora traficante?

Evidentemente, boa parte da dinâmica do processo histórico tende a ficar recalcado, relegado ao campo do esquecido. Entretanto, avaliamos que o esquecimento (produzido

culturalmente) pode aflorar através da sintomatologia dos atos-falhos, como propõe Freud. Neste caso, o *Inconsciente* pode ser equiparado ao *Esquecido*. O passado, assim, é evocado a partir de uma ação no presente que busca antecipar o futuro, através das realizações (projetivas) que se almeja. E essa parece ser uma questão central tanto para Weinrich quanto para Paul Valéry ou Ricoeur:

“A memória é de essência corporal”. Deste corpo que é sempre presente como meu/teu, e se orienta para o futuro, Valéry diz ainda que ele prescreve as condições da memória. “Só pelo corpo o pensar é sério”. O instrumento de que o corpo se serve para separar as lembranças cotidianas triviais das que servem à vida, e assim transformar a memória insensata em memória ajuizada é o esquecimento (WEINRICH, 2001, p. 205).

É a partir desta perspectiva que trabalhamos com a hipótese de as sensações poderem direcionar uma recepção. Afinal, em nossa avaliação, a imprensa brasileira, sobretudo na passagem do século XIX para o XX, foi um importante impulsionador do projeto burguês, via proliferação da literatura de sensações, num primeiro momento, e dos jornais sensacionalistas. Porém, o apelo ao sensacional continua presente na imprensa (alcançada como séria), através do *fait-divers* – estes, junto com o folhetim, foram os principais responsáveis pelo processo de massificação dos jornais impressos. Em nossa avaliação, essas matrizes ainda estão presentes na produção discursiva da imprensa. Nesse sentido, nos parece plausível a hipótese de que a imprensa possa – a partir de um amálgama produzido dentro das páginas dos periódicos entre a encenação melodramática e a noção de medo, por exemplo – influenciar decisivamente na construção de um imaginário acerca de lugares sociais – mascarando a formação de um imaginário que é assumido pelo caráter verossímil da informação, assentado no esquecimento originado por uma cobertura que evidencia um determinado aspecto da dinâmica social obscurecendo outros tantos, tentando fazer com que eles não existam.

O medo como dispositivo narrativo na reificação do imaginário social

A presença do medo como um dispositivo narrativo que apela às sensações na construção de uma interação meios-sociedade nos parece uma estratégia de longuíssima duração. Em outras oportunidades (BORGES, 2009, 2013), foi proposto, inclusive, o deslocamento da noção de imprensa sensacionalista para a de narrativa sensacionalista.

Esta seria uma estratégia discursiva que mescla realidade e ficção e permitiria à narrativa jornalística se envolver com os protocolos de leitura do público receptor, mantendo a continuidade do fluxo sensacional. A noção de protocolos de leitura, desse modo, acaba sendo central num processo em que através dele a imprensa construiria/reificaria o imaginário social. Embora não compartilhemos da ideia de um público receptor passivo, que seja manipulado pelos meios de comunicação, não é menos explícito que os leitores, ao lerem uma informação, se apropriam dela de forma mais menos semelhante. A percepção desse movimento se torna possível na medida em que através desses protocolos, seria possível construir uma espécie de saber compartilhado, interferindo sobre o imaginário. Afinal, temos defendido a plausibilidade da aceitação de que as referências simbólicas da cultura popular serviram de base para a difusão de um tipo de narrativa que dissemina um conteúdo político, evidenciando-se na relação entre imaginário e projeto político.

Recuemos um pouco no tempo. Quando se debruça sobre os anos 1920, Barbosa (2007) destaca a interconexão entre a verossimilhança e as sensações presentes nas páginas dos jornais. Tal dado nos permite perceber que, até o final dos anos 1940, não havia uma distinção produzida pelo jornalismo americano (que mais tarde seria incorporada na construção da história da imprensa no Brasil) entre uma imprensa dita séria e uma sensacionalista. Na verdade, era muito comum o apelo às sensações nos periódicos brasileiros. A autora nos mostra que naquele período, “a marca mais inflexiva da imprensa é o destaque que os jornais dão às notas sensacionais, que falam dos dramas quotidianos envolvendo crimes, violência, desfechos trágicos de toda a natureza” (BARBOSA, 2007, p. 60). Dessa forma, o apelo às sensações refletia uma clara estratégia de aumento de circulação dos jornais, e não menos claro, acompanhava também esse aumento uma tentativa de controle da forma como esses leitores deveriam se apropriar da informação. Mas, para além dessa construção fantasiosa do real, era necessário que esses simulacros fossem captados mais ou menos da mesma forma por um conjunto social bem diversificado.

Movimento semelhante é descrito por El Far (2004). Nele, a autora aponta como o processo de massificação da literatura, associado à certa ideia de gosto popular, se

desenvolve no Rio de Janeiro. Um dos pontos que é oportuno mencionarmos é o de que “gosto popular” funcionava como uma espécie de rubrica que abarcaria um tratamento editorial com baixo custo de produção direcionado às pessoas alfabetizadas. Evidentemente, isso permitia que aquelas obras fossem compartilhadas por um contingente que não se restringia às elites. Outro aspecto interessante é como o Rio de Janeiro funcionou como centro irradiador de uma cultura dos impressos, uma vez que a maior parte da população alfabetizada se concentrava na Capital Federal. Esse é um elemento essencial para entendermos, por exemplo, a especificidade de uma formação como a cidade do Rio de Janeiro no contexto brasileiro. Para nós, provém desse contexto a importância simbólica que a cidade carioca ainda ocupa no imaginário social. Ao abordar a especificidade do romance de “sensações”, El Far alerta que, “apesar de apresentarem um estilo literário próprio, em geral, eram editores e jornalistas os responsáveis pela divulgação de romances nos periódicos da época, que avisavam ao público sobre o caráter ‘sensacional de determinada obra’ (EL FAR, 2004, p.113).

Tal como em Barbosa, El Far aponta para a presença de um repositório que deveria orientar um determinado tipo de leitura a partir do material produzido. Nesse sentido, julgamos novamente que tanto uma autora quanto a outra estariam a indicar a presença de um imaginário que teria como referência as tradições, por um lado, e o projeto político, por outro. Assim se pronuncia El Far, ao falar das sensações:

A recorrência desse termo, em inúmeros outros textos, evidenciava a existência de uma compreensão comum acerca do seu significado, como também a predileção por assuntos ou situações capazes de envolver sentimentos pouco conhecidos na ordem do cotidiano. Se as regras da lei, da moral e dos bons costumes impediam que ações de grande emoção pudessem ser praticadas sem o temor das consequências futuras, a história contada, ao penetrar na imaginação do leitor ou de seu ouvinte, fornecia a possibilidade de aproximação com uma realidade que, apesar de distante, poderia ser extremamente interessante. Anexando à narrativa cores, sons, cheiros e ritmos de sua predileção, o homem de finais do século XIX criava acesso a uma gama infinita de percepções extraordinárias (EL FAR, 2004, p.119).

Um dos nossos parâmetros de investigação é que houve um deslocamento da luta ideológica, especialmente por entendermos que, na contemporaneidade, os meios de informação têm sido mais do que meros difusores da produção material da cultura, sendo antes um poderoso agente no antagonismo social sobre a qual a sociedade brasileira se erigiu. Dessa forma, o que advogamos é que o antagonismo social passou a ser travado

dentro do espaço midiático, buscando identificar os sinais que podem nos revelar que o espaço *publiático* se constitui como um lugar privilegiado para assistirmos àquilo que Zizek (1996a) definiu como “presença da ideologia justamente no lugar onde se julga que ela não esteja”. Quando trabalhamos com a perspectiva de a imprensa, a partir da veiculação de um discurso próprio, interferir decisivamente no jogo de disputas entre as classes, é porque entendemos que a produção discursiva gerada por ela – uma narrativa que torna o medo um sentimento quase concreto – produz, como um dos seus efeitos, a construção/reificação de um imaginário social que orienta as ações engendradas por outros atores sociais. Esse tipo de construção semântica revela, dentre outros aspectos, o lugar de produção e enquadramento da memória coletiva – sem que desprezemos do esquecimento igualmente produzido – que converte a imprensa, não naquele partido orgânico sobre o qual já escreveu Gramsci, mas *na* sociedade civil, à medida que pasteuriza os discursos sociais dentro dela. Assim, os jornais se revelam espaços privilegiados para percebermos como essa relação entre razão e sensação aparece através das pistas, das marcas, dos sintomas revelados em suas páginas, oferecendo à sociedade alternativas para que ela enfrente seus medos.

Considerações finais

As reflexões apresentadas nos parágrafos precedentes inserem a comunicação num projeto que a concebe como um *campo acadêmico*. Dentro de uma perspectiva mais ampla, ao empreender esse caminho, nos propomos a realizar um tipo de tarefa que contempla a realidade e a opacidade do social simultaneamente, observando-a numa dimensão diacrônica, levando em conta o conjunto dos fenômenos culturais que se precipitaram ao longo do século XX (contemplando a última década do século XIX e esta primeira do XXI), e uma sincrônica, listando elementos cuja homologia – mais no tempo do que no espaço – aparece como característica constitutiva dos fenômenos sociais. Nestes termos, nossa proposta de investigação se assenta na assertiva de que a *dominação precisa ser vista dentro de um processo de comunicação*, com ênfase na interiorização da opressão que se manifesta na experiência *vivida* pelas sociedades latino-americanas, nos termos propostos por Jesús Martín-Barbero (2004).

Tal proposta nos coloca inevitavelmente diante de um itinerário que contemple as narrativas jornalísticas não como simples responsáveis pelo processo de difusão da informação mas, e principalmente, apontando os mecanismos de ação política nelas contidas. A partir desta premissa é que, à luz de Bakhtin (1983), tomamos a mídia como a arena onde ocorrem as lutas por significar, onde ocorre a própria luta de classes. Quando Martín-Barbero, por exemplo, destaca que a televisão ocupa um lugar estratégico nas dinâmicas da cultura cotidiana das maiorias, na transformação das sensibilidades, nos modos de *construir imaginários e identidades*, estabelecendo a primazia da narrativa melodramática, com ênfase para a telenovela, julgamos que ele toca parte do problema. Não negamos a presença das matrizes melodramáticas na composição do discurso ficcional, especialmente pelo apelo que faz às sensações, às afetações. Mas, é justamente por identificarmos tais matrizes na constituição da narrativa jornalística que anunciamos que nelas se constrói um lugar de autoridade na estruturação do imaginário social, escamoteado pelo constructo mítico da objetividade.

É nessa direção que se manifesta a compreensão da força da imaginação social nos processos comunicacionais, especialmente em função de os meios de informação, num processo tenso, contraditório, ambíguo, ambivalente, se consubstanciarem materialmente como *senhores da memória e do esquecimento*, como os principais fomentadores da memória em torno do projeto de sociedade que deve ser levado a termo, borrando as fronteiras entre racional e irracional, realidade e fantasia, contenção e excesso, verdade e ilusão. Nessa nova trama, em que se alteram a relação *entre os processos simbólicos e as formas de produção e distribuição*, o que se altera é o próprio imaginário social. À medida que a imaginação social é produzida, orientada, delimitada, conformada, estabelecem-se os limites para o regramento das referências, inclusive simbólicas, que servem de ponto de partida para a produção da cultura. Evidentemente, não há um total condicionamento, especialmente em função da ambivalência, da ambiguidade, da contradição constitutiva do *real*.

Referências bibliográficas

ANDRADE, R. **Personalidade e Cultura**: construções do imaginário. RJ: Revan, 2003.

- BACZKO, B. **A imaginação social**. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. SP: Hucitec, 1983.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. RJ: MauadX, 2007.
- BASTOS, F. I.; BERTONI, L. (Orgs.) **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?** RJ: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.
- BERGSON, H. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. SP: Martins fontes, 1999.
- BORGES, V. **O jornal e os discursos sobre a droga: a produção de sentidos sobre as medidas de enfrentamento do crack presentes n'O Globo**. Dissertação de mestrado. RJ: Fundação Oswaldo Cruz, 2015.
- BORGES, W. Espaço Publiático e hegemonia ideológica: construção narrativa atravessada pelo imaginário. Passagens – **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v.02. RJ, 2010.
- BORGES, W.; BORGES, V. A materialidade do medo: o papel da narrativa jornalística na ampliação deste estado afetivo. **Revista Contracampo**. Niterói, v. 26, n. 1, p. 106-125, abril 2013.
- BORGES, W.; ENNE, A. Sensacionalismo e modernidade: como uma relação intrinsecamente ambígua se transformou em estratégia de distinção cultural?. IN: **Rumores - Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídia**. SP: 2007.
- BOTTOMORE, T. B. **Dicionário do pensamento marxista**. RJ: Zahar, 1988.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. RJ: Paz e Terra, 1987.
- COSTA, C. “Imaginário: objeto da história”. IN: **Estudos – Revista da Universidade Católica de Goiás**, v. 27, nº 2, p. 193-402, abr./jun., 2000.
- DURKHEIM, É. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.
- FREUD, S. **Mal-estar na civilização**. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas, Volume XXI. RJ: Imago, 1998.
- EL FAR, A. **Páginas de sensação**. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). SP: Cia. das Letras, 2004.
- FREUD, S. “**Mal-estar na civilização**”. IN: Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas, Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. SP: Vértice, 1990.
- JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. IN: ZIZEK, S. (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. RJ: Contraponto, 1996.
- _____. **Seminário 22: Real, Simbólico, Imaginário**. Inédito (CDROM – Obra de Jacques Lacan {Sólo Lectura}), 1975.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. SP: Cosac e Naify, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício do Cartógrafo**. SP: Loyola, 2004.
- MICHELET, J. **História da Revolução Francesa**. SP: Cia. das Letras, 1989.
- RICOUER, P. **La memoria, La historia, El olvido**. Madri: Trotta, 2003.
- _____. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994, Vol. 1.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. SP: Cultrix, 2001.
- WEBER, M. **Conceitos básicos de Sociologia**. SP: Ed. Moraes, 1987
- ZIZEK, S. **Um Mapa da Ideologia**. RJ: Contraponto, 1996.